

# REVISTA BATISTA PIONEIRA

BÍBLIA ▪ TEOLOGIA ▪ PRÁTICA

ONLINE ISSN 2316-686X - IMPRESSO ISSN 2316-462X

Vol. 9 ▪ n. 1 ▪ Junho | 2020

## UMA PROPOSTA METODOLÓGICA PARA O USO DO ANTIGO TESTAMENTO NO NOVO TESTAMENTO

A METHODOLOGICAL PROPOSAL FOR THE USE OF THE OLD TESTAMENT IN THE NEW TESTAMENT

*Me. Carlos Alberto Bezerra<sup>1</sup>*

*Esp. Rafael Omar Nachabe<sup>2</sup>*

### RESUMO

O problema do *Uso do Antigo Testamento no Novo* já é reconhecido como uma das grandes discussões hermenêuticas de nossa época. Procura-se estabelecer um aparato prático para uma metodologia exegética sólida. Para tal, são pesquisados aspectos linguísticos, bem como hermenêutico/teológicos, procurando uma alimentação mútua entre as áreas de conhecimento. Trabalha-se o termo *intertextualidade* dentro dos estudos linguísticos, além das discussões já levantadas entre teólogos e intérpretes da Escritura. Após o estabelecimento das principais escolas e propostas dentro da problemática, aponta-se um caminho metodológico que busque uma abordagem integrativa.

<sup>1</sup> Mestre em Teologia pela Faculdade Batista do Paraná. Graduado em Teologia pelo Seminário Batista do Cariri e Faculdade Kurios. E-mail: carlosabla53@hotmail.com

<sup>2</sup> Pós-graduação em Teologia Bíblica e Bacharelado em Teologia pela Faculdade Batista do Cariri (CE). Cursando Licenciatura em Letras (URCA).

## ABSTRACT

The problem of the *Use of Old Testament in the New* is already recognized as one of the great hermeneutical discussions of our time. The aim is to establish a practical apparatus for a solid exegetical methodology. For this, linguistic aspects are investigated, as well as hermeneutic/theological; looking for a mutual feeding between the areas of knowledge. The term *intertextuality* is used within linguistic studies, in addition to the discussions already raised between theologians and interpreters of Scripture. After the establishment of the main schools and proposals within the problem, a methodological path is pointed out that seeks an integrative approach.

## INTRODUÇÃO

O fenômeno bíblico do *Uso do AT no NT* tem chamado atenção de exegetas e teólogos, porém, o estudo sistematizado dele aparece no cenário da interpretação bíblica há pelo menos três décadas. Considerando o tempo hábil para as traduções de tais obras e a recontextualização do debate em solo brasileiro, estamos diante de um assunto considerado recente em nossas discussões. Por tal natureza, sua popularidade é crescente, bem como os estudos produzidos. Necessariamente, tais estudos são de duas categorias: comentários ou *metacomentários*. Os últimos propõem-se a debater a questão em si do Uso do Antigo Testamento no Novo Testamento<sup>3</sup> com suas diretrizes metodológicas e definições. Os *comentários* analisam um corpus de texto bíblico cujo fenômeno apareça.

Dessa maneira, os livros de G. K. Beale assumem principal referência em português como *metacomentários*, em co-autoria com D. A. Carson (com a contribuição de outros autores), ele também produz um *comentário* que busca analisar em toda a Bíblia tais usos. Além dos manuais de hermenêutica que já têm lidado com tal assunto (KÖSTENBERGER, 2015<sup>4</sup> e OSBORNE, 2009<sup>5</sup>), há uma Teologia Bíblica do AT que trata da questão (WALTKE, 2015<sup>6</sup>). Ainda,

<sup>3</sup> Sendo tal nomenclatura a mais comum dentro do campo teológico de estudo

<sup>4</sup> KÖSTENBERGER, Andreas J.; PATTERSON, Richard D. **Convite à interpretação bíblica**. São Paulo: Vida Nova, 2015.

<sup>5</sup> OSBORNE, Grant. **A espiral hermenêutica**: uma nova abordagem à interpretação bíblica. São Paulo: Vida nova, 2009.

<sup>6</sup> WALTKE, Bruce. **Teologia do Antigo Testamento**: uma abordagem exegética, canônica e temática. São Paulo: Vida Nova, 2015.

traduzidos há dois livros recentes da coleção Aubrey Clark que tratam do assunto em alguns de seus artigos (MOO<sup>7</sup>, 2018 e ALBUQUERQUE, 2018<sup>8</sup>). Fora do âmbito teológico, mais especificamente na área linguística, as obras são mais abundantes.

Em língua inglesa os principais estudiosos que analisam essa problemática (além dos citados acima) são Stanley Porter, Darrel Bock, Robert Thomas, entre outros. Há um livro de suma importância que busca resumir em três escolas o assunto (BERDING, 2008<sup>9</sup>). Em geral, os *metacomentários* explicitam as principais correntes de interpretação de maneira parecida. Tais generalizações são importantíssimas para o comentário do texto bíblico. As definições linguísticas são necessariamente introduzidas no assunto, mesmo quando os autores buscam evitá-las. Para se definir os próprios conceitos do que seria um uso real de um testamento em outro, deve-se entender como conceituar o uso de um texto em outros; relacionamento ao qual se dá o nome de intertextualidade.

Têm-se verificado a aproximação das escolas hermenêuticas com o campo teológico de seu defensor. Dessa maneira, com o passar do tempo, tais linhas são mais explicitadas e carregadas teoricamente. De maneira histórica, o *sensus plenior* foi um entendimento recorrente em várias áreas da cristandade e em variadas épocas. Entretanto, aliados à uma hermenêutica histórico-gramatical (também na questão das citações) já existiam no decorrer da história da igreja. Porém, como o problema específico recebeu atenção nos últimos anos, a forja dos conceitos e problemáticas percebeu-se mais profunda do que se supunha. O entrelaçar das posições com as definições de *inspiração*, *inerrância*, *história da salvação* tornam o assunto eminente.

Entender como funcionou a hermenêutica apostólica é uma questão recorrente nos estudos. Se há uma extrapolação do significado original do texto citado, e, se havendo, estaríamos autorizados a usar o mesmo método? Em relação à inerrância, observa-se que os textos aparentemente citados não correspondem totalmente às suas contrapartes no AT, além das questões

<sup>7</sup> MOO, Douglas J. **Exegese, Hermenêutica e Teologia do Novo Testamento**. Eusébio: Peregrino, 2018.

<sup>8</sup> ALBUQUERQUE, Tiago (org). **Hermenêutica**: Fundamentos, linguística e testamentos. Eusébio: Peregrino, 2018.

<sup>9</sup> BERDING, Kenneth (ed). **Three Views on the New Testament Use of the Old Testament**. Grand Rapids, Michigan: Zondervan, 2008.

de interpretação somam-se as de crítica textual. Em se relacionando com a história da salvação, observa-se que escolas como *alia* e *disp* aliam-se a entendimentos díspares dentro dessa área. Isso porque se evoca a questão das linhas de continuidade ou ruptura entre testamentos, e, portanto, como as partes da história da salvação se integram.

## 1. ASPECTOS LINGUÍSTICOS

Destacamos que os textos literários são originados em meio a um contexto social. Isso significa que eles sempre dialogam com esse contexto, mas estão também sempre dialogando com o passado e até mesmo com o futuro (no caso de obras literárias que se caracterizam como proféticas à medida que se encontram a frente de seu tempo, antecipando fenômenos que ainda estão por acontecer). Dialogam em certo sentido com a história de vida de seu autor, o qual sempre impingirá em seus textos, seus pensamentos, suas experiências e inquietações. Em se tratando do texto sagrado, Deus usa de todos esses aspectos de maneira santificada para que o discurso divino seja efetivado; ao que chamamos de inspiração.

A *intertextualidade* popularizou-se como uma abordagem ao texto que alonga os horizontes interpretativos. É mais que literatura comparada, pois além de paralelos literários, a literatura é considerada em toda sua dimensão interdiscursiva e interdisciplinar, mantendo uma relação intrínseca com diferentes instâncias da cultura humana. Para Gérard Genette dentre todas as relações textuais, há uma que subjaz: a arquitextualidade. Que significa: “[...] quase o mesmo que a ‘literariedade da literatura’, isto é, o conjunto das categorias gerais ou transcendentais – tipos de discurso, modos de enunciação, gêneros literários, etc. – do qual se destaca cada texto singular”.<sup>10</sup> O autor referido enumera cinco tipos de relações transtextuais macro: intertextualidade, paratextualidade, arquitextualidade, metatextualidade, e, hipertextualidade.

Destaca-se que não devemos considerar os cinco tipos de transtextualidade como classes estanques, sem comunicação ou interseções. Suas relações são, ao

<sup>10</sup> GENETTE, Gérard. **Palimpsestos**: a literatura de segunda mão. Tradução dos alunos de Pós-graduação em estudos literários – POSLIT – da FALE/UFMG. Belo Horizonte: Faculdade de Letras, 2006. 48 p. Título original: Palimpsestes, La littérature au second degré. p. 13

contrário, numerosas e frequentemente decisivas.<sup>11</sup> Como anteviu, essa é uma crítica constante à sua divisão, cujas fronteiras são, por vezes, contestadas.<sup>12</sup> Deter-nos-emos, para nossos fins, nos conceitos de *hipertextualidade* e *intertextualidade*.

A *intertextualidade* defendida por Genette é de ordem estrita, posiciona-se na interseção de textos, em suas palavras: “Quanto a mim, defino-o de maneira sem dúvida restritiva, como uma relação de co-presença entre dois ou vários textos, isto é, essencialmente, e o mais frequentemente, como presença efetiva de um texto em um outro”.<sup>13</sup> Percebe-se nessa definição a necessidade duma presença textualmente mútua (ou seja, o conteúdo do texto aludido no texto atual), e, efetividade (considerando-se a pragmática da intertextualidade). Invés de *intertexto*, Moisés prefere falar de interdiscurso: “A lógica do discurso monológico é a lógica formal e aristotélica, enquanto a do discurso dialógico é a lógica correlacional”<sup>14</sup>, complementa: “Cada obra surge como uma nova voz (ou um novo conjunto de vozes) que fará soar diferentemente as vozes anteriores, arrancando-lhe novas entonações”.<sup>15</sup>

*Hipertextualidade*, por sua vez, é: “[...] toda relação que une um texto B (que chamarei hipertexto) a um texto anterior A (que, naturalmente, chamarei hipotexto) do qual ele brota de uma forma que não é a do comentário”.<sup>16</sup> A *hipertextualidade* também é evidentemente um aspecto universal (no grau próximo) da literariedade: é próprio da obra literária que, em algum grau e segundo as leituras, evoque alguma outra; nesse sentido, todas as obras são hipertextuais.

A relação hipotexto-hipertexto é abordada pelo autor supracitado como operando de duas maneiras, que consistem: “[...] uma em abreviá-lo – nós a batizaremos de redução –, outra em estendê-lo: nós a chamaremos aumento. Mas há, é claro, muitas maneiras de reduzir ou de aumentar um texto”.<sup>17</sup> Esses, podem funcionar dentro de gêneros literários já estabelecidos: paródia, pastiche. Nesse caso, são chamadas de transgenéricas. Ou, de maneira mais extensa: afetações de qualquer tipo na transição de hipotexto para

<sup>11</sup> GENETTE, 2006, p. 25

<sup>12</sup> Leyla Perrone, 1978 & Koch, 2012, por exemplo, questionam algumas de suas abordagens.

<sup>13</sup> GENETTE, 2006, p. 14.

<sup>14</sup> MOISÉS, Leyla Perrone. **Texto, Crítica, Escritura**. São Paulo: Ática, 1978, p. 23.

<sup>15</sup> MOISÉS, 1978, p. 25.

<sup>16</sup> GENETTE, 2006, p. 18.

<sup>17</sup> GENETTE, 2006, p. 76.

hipertexto. Essa mudança é inevitável, porém, essa é a mesma realidade da hipertextualidade.

Essas operações mais complexas, ou mais diversas, batizadas de reduções ou aumentos, a partir de seu efeito global, diminuem ou aumentam sua extensão – mas a custo de modificações que, com toda evidência, afetam também, ao mesmo tempo, sua estrutura e seu teor. Reduzir ou aumentar um texto é produzir a partir dele um outro texto, mais breve ou mais longo, que dele deriva, mas não sem o alterar de diversas maneiras, específicas de cada caso, e que se pode tentar ordenar, simetricamente ou quase, em dois ou três tipos fundamentais de alterações redutoras ou ampliadoras. Assim, o *hipertexto* é fruto de bricolagem:

Digamos somente que a arte de “fazer o novo com o velho” tem a vantagem de produzir objetos mais complexos e mais saborosos do que os produtos “fabricados”: uma função nova se superpõe e se mistura com uma estrutura antiga, e a dissonância entre esses dois elementos co-presentes dá sabor ao conjunto.<sup>18</sup>

A partir desse ponto ele explicita sua teoria do *palimpsesto*. Essa duplicidade do objeto, na ordem das relações textuais, pode ser figurada pela conhecida imagem do palimpsesto, na qual vemos, sobre o mesmo pergaminho, um texto se sobrepor a outro; não o dissimulando completamente, mas permitindo-se ver por transparência.

Novamente, têm-se Moisés contra a teoria de Gerárd Genette, enfatizando a necessidade de uma expansão no conceito, pois, embora possa haver contato entre textos, de igual maneira: “[...] nos textos literários além das trocas *transtextuais* encontramos as trocas interdiscursivas que vão além da relação direta entre textos, pois envolvem a relação entre outros elementos, enunciados e discursos presentes na cultura”.<sup>19</sup> Seria melhor falar de interdiscurso, como pontuou-se.

O interdiscurso é caracterizado por ser um processo em que uma formação discursiva incorpora constantemente elementos pré-construídos, que são produzidos fora dela e, a partir dessa incorporação, ele é redefinido e redirecionado, suscitando igualmente o chamamento de seus próprios elementos para constituir sua repetição. Porém, nesse processo muitas vezes

<sup>18</sup> GENETTE, 2006, p. 144.

<sup>19</sup> MOISÉS, 1978, p. 21.

há o apagamento, o esquecimento ou mesmo a denegação de determinados elementos.

O interdiscurso é aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente. Entendido como o que chamamos memória discursiva: saber discursivo que possibilita todo dizer retornando sob a forma do pré-construído, do já-dito que se encontra na base do dizível, apoiando cada tomada da palavra. Então o já-dito em contexto e momento diferentes, em certo sentido, causa influência naquilo que se diz no agora. Assim, tanto o intertexto quanto o interdiscurso movem relações de sentido.<sup>20</sup> Diante desses confrontos, podemos nos utilizar de uma linguagem única: *intertextualidade* cuja hermenêutica é resumida:

[...] se amamos verdadeiramente os textos, devemos, de vez em quando, amar (pelo menos) dois ao mesmo tempo. Essa leitura relacional (ler dois ou vários textos, um em função do outro) nos fornece certamente oportunidade de exercer o que eu chamaria, usando um vocabulário ultrapassado, um estruturalismo aberto. Pois há, neste domínio, dois estruturalismos, um do fechamento do texto e do deciframento das estruturas internas.<sup>21</sup>

Percebe-se que deve haver um primado epistemológico, que não se refere à metodologia em primeiro lugar (que na medida do possível deve ser interdisciplinar), mas, um trono detentor da verdade. Se não há resposta para as indagações e inquietações, todo estudo é um simples labor estético, existencial, vaidade. Há uma história no mundo, todas derivam dessa. Genette (2006) captou esse ponto ao falar da utopia borgesiana: “[...] perfusão transtextual -, constantemente presente em si mesma na sua totalidade e como Totalidade cujos autores são apenas um, e todos os livros são um Vasto Livro, um único Livro infinito”.<sup>22</sup>

Tendo-se em vista essa heterogeneidade textual, a sua posição em relação a outros textos deve ser explicitada. Nessa dinâmica está a preciosidade da intertextualidade para a leitura teológica de textos não teológicos; de obras poéticas, por exemplo: “[...] fazem parte outros textos que lhe dão origem, que o predeterminam, com os quais dialogam, a que alude ou aos quais se opõe”.<sup>23</sup>

<sup>20</sup> MOISÉS, 1978, p. 24.

<sup>21</sup> GENETTE, 2006, p. 145.

<sup>22</sup> GENETTE, 2006, p. 147.

<sup>23</sup> KOCH, Ingedore G. Villaça. **Intertextualidade**: diálogos possíveis. São Paulo: Cortez, 2012, p. 15.

Os conceitos levantados por Villaça Koch mostram-se úteis numa metodologia intertextual. Num primeiro nível divide-se nos campos *amplo* e *estrito*. No sentido estrito o intertexto, ou seja, aquele que pertence a dois grupos concomitantemente, deve fazer parte da: “[...] memória social de uma coletividade ou da memória discursiva”.<sup>24</sup> Nessa mudança de ambiente há, por conseguinte, uma mudança em sua estrutura. Já aquela intertextualidade ampla remete a gêneros ou tipos.<sup>25</sup>

Dentro da intertextualidade *stricto sensu*, que é aquela de melhor apreensão, é fornecida uma divisão conceitual entre a temática e a estilística. A intertextualidade temática acontece quando textos: “[...] partilham temas e se servem de conceitos e terminologia próprios, já definidos no interior dessa área ou corrente teórica”.<sup>26</sup> Por sua vez, a intertextualidade estilística, como destaca a autora, não é apenas uma conjunção formalística, mas parte do pressuposto que a forma está ligada ao conteúdo<sup>27</sup>, esse linguajar compartilhado remete a um tipo de literatura.

Ainda dentro desse campo *stricto*, diante de sua transparência, as intertextualidades podem ser divididas em: explícita e implícita. A primeira é mais comumente identificada pelas aspas, mas, em geral, é a atribuição de um texto a outro enunciador.<sup>28</sup> No segundo caso, não há menção explícita à fonte utilizada. Tal interação pode ser explicitada em todo tipo de reação do autor, entretanto, espera-se que o leitor reconheça o intertexto: “[...] pela ativação do texto-fonte em sua memória discursiva, visto que, se tal não ocorrer, estará prejudicada a construção do sentido [...]”.<sup>29</sup> Uma das maneiras dessa dinâmica acontecer é a alusão que pressupõe uma implicitude para a referência.

Observando os aspectos apresentados, indaga-se a possibilidade de integrar os pressupostos e a metodologia linguística do caso *intertextualidade*, levando-se em conta que as próprias definições caminham em várias definições como foi descrito acima. O uso dessa terminologia é destacado como perigoso por G. K Beale, em que o autor demonstra uma aproximação ao entendimento de que os discursos se fundem e fundam novos, alheios às volições dos autores. Esse

<sup>24</sup> KOCH, 2012, p. 17.

<sup>25</sup> KOCH, 2012, p. 85.

<sup>26</sup> KOCH, 2012, p. 18.

<sup>27</sup> KOCH, 2012, p. 19.

<sup>28</sup> KOCH, 2012, p. 28.

<sup>29</sup> KOCH, 2012, p. 31.

tipo de escola alinha-se, também, a uma hermenêutica discursiva que foca no leitor, o que está em dissonância com a hermenêutica tradicional cristã, em que o foco está sobre o texto e autor.<sup>30</sup> Portanto, a abordagem mais voltada à textualidade (ou seja, a presença efetiva de um texto no outro, além das caracterizações de tipos de intertextualidade) será focada nesse estudo em detrimento de uma abordagem mais voltada ao âmbito discursivo.

## 2. ASPECTOS HERMENÊUTICOS-TEOLÓGICOS

A *intertextualidade* deve ser a estratégia hermenêutica que procure um entendimento acerca do relacionamento entre textos: “A intertextualidade enfatiza que os textos se relacionam uns com os outros em níveis mais fundamentais do que as citações explícitas [...]”.<sup>31</sup> Como o caso a ser analisado é uma citação explícita, o teólogo americano nos alerta para a sua natureza: “[...] são tipo um iceberg intertextual, representando somente o nível superficial de um nexos de relacionamento intertextual bem mais amplo”.<sup>32</sup>

Em suma, todo tipo de intertextualidade abarca o conceito de eco, que são provenientes de uma fonte de som primária e reverbera nas paredes da história da revelação sendo ouvido por meio dos textos que seguem progressivamente no processo canônico, esses: “[...] são despertados pelas citações do NT e alusões quando o leitor perceptivo reflete na rica, e algumas vezes confusa, interação entre o cumprimento do NT e o contexto e narrativa do AT”.<sup>33</sup>

Questões metodológicas são importantes para a identificação dos casos a serem analisados, bem como a nomenclatura a ser empregada. Pode-se resumir os modos de intertextualidade bíblica em duas categorias maiores: *Citação e Alusão/Eco*. Köstenberger explana que citações teriam uma correspondência formal com textos antecedentes, e, *alusões* seriam uma invocação não-formal de outros textos.<sup>34</sup>

Considerando as dificuldades linguísticas em tais classificações, admite-se certa flexibilidade nos conceitos. Podemos expandir com a ajuda do *Manual* de G. K Beale, onde temos que Citação é: “[...] uma reprodução direta de uma

<sup>30</sup> BEALE, G. K. **Manual do uso do Antigo Testamento no Novo Testamento**: Exegese e interpretação. São Paulo: Vida Nova, 2013, p. 64-65.

<sup>31</sup> MOO, 2018, p. 183.

<sup>32</sup> MOO, 2018, p. 186.

<sup>33</sup> MOO, 2018, p. 187.

<sup>34</sup> KÖSTENBERGER, 2015, p. 256.

passagem do AT facilmente identificável por seu paralelismo vocabular claro e bem característico”.<sup>35</sup> A chave apontada pelo mesmo para se encontrar uma *Alusão* é: “um paralelo incomparável ou único de redação, sintaxe, conceito ou conjunto de motivos na mesma ordem ou estrutura”.<sup>36</sup>

Além da metodologia referente a literariedade, deve-se investigar as questões fundamentais num estudo que procure entender os modos como o NT utiliza-se do AT. Para isso, elencamos os pontos centrais dispostos por Jonathan Lunde na introdução do “Três visões sobre o uso do Antigo Testamento no Novo Testamento”. Ali aponta como questão gravitacional as relações entre os autores do AT e NT e os significados pretendidos, orbitando existem as questões sobre Tipologia, Contexto, Replicação, Sensus Plenior, e, Métodos Exegéticos.<sup>37</sup> Perceber-se-á que cada escola enfatiza mais certos pontos dos elencados. Quanto à “replicação”, refere-se ao conceito já posto do modo de literariedade nas intertextualidades bíblicas.

A problemática levantada por Jonathan Lunde diz respeito mais às metodologias das escolas hermenêuticas do que uma metodologia do trabalho exegético-teológico em si. Quanto a esse aspecto, pode-se encontrar boas diretrizes do artigo seminal de Stanley Porter “The Use of the Old Testament in the New Testament: a brief comment on method and terminology”. Segundo o autor o *corpus* da pesquisa deve ser bem delimitado, seja no texto-fonte, ou em suas aparições. As categorias devem ser rigorosamente explicitadas e aplicadas, especialmente em se tratando da literariedade do estudo. Além disso, alerta para uma ênfase no autor como fonte daquele uso específico, e não uma abordagem fechada sobre a recepção.<sup>38</sup>

Quanto às posições sobre tal tema hermenêutico/teológico, se faz necessário observar as várias escolas de interpretação que discorrem sobre a problemática.<sup>39</sup> Darrel Bock sumariza 4 grandes posições, com seus mais proeminentes defensores: Escola da intenção humana completa (Walter

<sup>35</sup> BEALE, G. K. **Manual do uso do Antigo Testamento no Novo Testamento**: exegese e interpretação. São Paulo: Vida Nova, 2013, p. 53.

<sup>36</sup> BEALE, 2013, p. 56.

<sup>37</sup> LUNDE, Jonathan. Introducion. In: BERDING, Kenneth (ed). **Three Views on the New Testament Use of the Old Testament**. Grand Rapids, Michigan: Zondervan, 2008, p. 12.

<sup>38</sup> PORTER, Stanley E. The Use of the Old Testament in the New Testament: a brief comment on method and terminology. In: EVANS, Craig A; SANDERS, James A. (eds.). **Early Christian Interpretation on the Scriptures of Israel**: investigations and proposals. England: Sheffield Academic Press, 1997, p. 96.

<sup>39</sup> Para uma introdução ao assunto v. **A espiral hermenêutica**, Grant Osborne.

Kayser Jr.), Intenção divina-humana (J. I. Packer), Progresso Histórico da revelação e hermenêutica judaica (Richard Longenecker), e, uma abordagem canônica com ênfase no Novo Testamento (Bruce Waltke).<sup>40</sup> Noutro estudo, as escolas são sumarizadas em três: “Um significado, referentes unificados [...] Um significado, múltiplos contextos e referentes [...] Significado pleno, um alvo [...]”.<sup>41</sup>

A primeira escola, acima citada por Berding, é a adotada pelo teólogo Walter Kayser Jr. Ele rejeita uma diferença entre a intenção de Deus e a intenção do autor humano. O ponto chave em sua posição é que o autor humano está consciente de todos os estágios do significado do primeiro evento, até o último.<sup>42</sup> Assim, defendendo um tipo de tipologia cíclica em que o NT interpreta o AT para explicar Jesus, e usam a revelação Cristológica para explicar o AT.

Ou seja, quando o autor do NT cita o AT, não está mudando o significado original, apenas está interpretando-o à luz do cumprimento da promessa. Douglas Moo defende uma posição chama *canônica*, com algumas ressalvas: “O significado cristológico ‘último’ discernido pelo Novo Testamento muitas vezes se estende além, mas é sempre baseado no significado pretendido pelo autor humano”.<sup>43</sup> Podemos discordar, entretanto, da abordagem de Kayser, quanto à consciência completa do significado a qual o profeta possuiria.

Não havendo vácuos entre o significado do autor e o “significado divino”, qualquer ideia de significado mais profundo ou escondido é rejeitada. O autor aponta para os perigos de tal crença, que permitiria uma influência demasiada da tradição sobre a interpretação bíblica. Um dos benefícios primeiros em tal visão, como apontado pelo organizador do debate, seria a conexão forte proposta entre promessa e cumprimento.<sup>44</sup> Essa ligação, explicitamente base para a teologia do autor em questão, apresenta-nos as classificações *tipologia*, além de: “[...] teologia anterior, uma esperança messiânica específica e

<sup>40</sup> BOCK, Darrel L. Evangelicals and the Use of the Old Testament in the New. **Bibliotheca Sacra**. Dallas, v. 142, p. 209-23, Julho 1985.

<sup>41</sup> BERDING, 2008. Essas defendidas respectivamente por: Walter Kayser Jr., Darrell L. Bock, Peter Enns.

<sup>42</sup> BOCK, 1985, p. 3.

<sup>43</sup> MOO, Douglas. The problem of *sensus plenior*. In: CARSON, D. A.; WOODBRIDGE, John D. **Hermeneutics, Authority, and Canon**. Grand Rapids, Michigan: Zondervan, 1986, p. 209. Mais de sua posição: “O uso do Antigo Testamento no Novo não pode ser entendido sem colocá-lo no quadro do cânon como testemunha da história da salvação”.

<sup>44</sup> BERDING, 2008, p. 241.

representação corporativa”.<sup>45</sup>

A pergunta importante refere-se ao uso que o NT faz do AT nos casos em que o escritor NT ultrapassou o significado histórico gramatical de uma passagem AT e atribuiu-lhe um significado adicional em conexão com seu contexto NT.<sup>46</sup> Encontramos dois tipos de usos do AT por escritores NT: um em que o escritor NT mantém e aplica o sentido histórico-gramatical da passagem AT e outro uso em que o escritor NT vai além do sentido histórico-gramatical da passagem do AT para atribuir à passagem um significado adicional em conexão com seu contexto no NT. A última instância é um uso não-literal do AT.

Podemos chamar isso de “uma aplicação inspirada do ‘sensus plenior’ (doravante AISP<sup>47</sup>) da passagem do AT para uma nova situação. É “inspirado”, porque, com todas as Escrituras, a passagem do NT é inspirada por Deus. É “sensus plenior”, na medida em que dá um sentido adicional ou mais completo do que a passagem teve em sua configuração de AT. É uma “aplicação” porque não erradica o significado literal da passagem AT, mas simplesmente aplica o texto AT a uma nova configuração.<sup>48</sup>

Isso não cancela o significado gramatical histórico do AT; é uma aplicação da passagem de AT além do que originalmente ela significava em seu contexto do AT, a autoridade para tal aplicação está na passagem do NT, e não na passagem do AT em si mesma. Esta é uma AISP.<sup>49</sup> Robert destaca que tal uso não dá aval para o intérprete contemporâneo usar o *sensus plenior* em sua interpretação da Escritura. Ele mantém o princípio do significado de referente simples.

O diferencial, portanto, é o fato da inspiração apostólica. Essa abordagem dos “usos não-contextuais”, procura manter uma consistência com a

<sup>45</sup> VLACH, Michael J. **How does the New Testament Use the Old Testament**: a survey of the major Views. California, LA: Theological Studies Press, 2017, p. 145. Consultar *O plano da promessa de Deus*, a teologia bíblica desenvolvida pelo autor homônimo.

<sup>46</sup> THOMAS, Robert L. The New Testament use of the Old Testament. **TMSJ**. 13/1, pp. 79-98, spring 2002, p. 1.

<sup>47</sup> No original ISPA: *Inspired sensus plenior aplicacion*, essa é a denominação usada pelo autor.

<sup>48</sup> THOMAS, 2002, p. 2. Segue definição do aspecto central do entendimento de *sensus plenior* (embora haja algumas variações entre seus defensores): “Para o *sensus plenior*, a mudança ocorre no AT, quando Deus causa ‘um significado mais profundo’ na direção do acontecimento ou da expressão do AT, de forma que isso venha a antecipar o cumprimento do NT” (OSBORNE, 2009, p. 419). Como é percebido, a posição de Thomas tenta escapar a tal conceituação, em se pesando o fato de ter uma interpretação *disp* da Escritura. Dentro dessa conceituação, situam-se classicamente Raymond Brown e J. I. Packer.

<sup>49</sup> THOMAS, 2002, p. 8.

interpretação histórico-gramatical. Há linhas divisórias entre tal abordagem e aquela que advoga o *sensus plenior*, uma seria que o significado mais profundo não estaria nas passagens do AT, mas somente na interpretação posterior. Outra diferenciação diz respeito à necessidade que fez surgir os usos não-contextuais: a rejeição do Messias por Israel. Logo, aos gentios adentrarem como novo povo de Deus, novos significados interpretativos foram contingenciados pelo Espírito Santo.<sup>50</sup>

Há outro modo de enxergar as relações textuais entre testamentos cujo foco fica sobre a exegese judaica. Os proponentes dessa visão baseiam-se numa interpretação Cristológica aliada ao uso das técnicas interpretativas judaicas. Uma vez que, as citações feitas do AT não devam ser vistas como simples “textos-prova”, nem como textos manipulados ou distorcidos.<sup>51</sup>

A procura por uma hermenêutica “histórico-gramatical” nos autores do NT seria, dessa maneira, um anacronismo. Uma vez que, a hermenêutica a qual eles estavam expostos era majoritariamente dominada pelos estudiosos judeus da Lei<sup>52</sup>. O principal defensor dessa visão específica é Richard N. Longenecker em sua obra seminal: *Biblical Exegesis in the Apostolic Period* em que resume-a<sup>53</sup> em quatro modos: “: literalista, midrashica, peshet e alegórica”.<sup>54</sup>

Num artigo posterior, Douglas Moo reavalia suas considerações acerca do uso do AT pelo apóstolo Paulo, denominando-o de: “Hermenêutica universalizante em Paulo”. O autor aponta algumas abordagens que podem auxiliar na compreensão do modo como as citações do AT são utilizadas pelos autores neotestamentários, nessa problemática, foca-se no uso paulino. Destacamos a abordagem tipológica que é: “[...] a implicação hermenêutica do entendimento da história da salvação no que tange ao relacionamento entre os testamentos”.<sup>55</sup>

<sup>50</sup> VLACH, 2017, p. 630. Um questionamento que poderia ser feito se refere à necessidade das citações: se os textos veterotestamentários foram divorciados de seu significado original e surgiu-se a necessidade de novos significados, por que, então, citá-los?

<sup>51</sup> BOCK, 1985, p. 216.

<sup>52</sup> VLACH, 2017, p. 311.

<sup>53</sup> Para os intérpretes judeus da época de Jesus (ou, do judaísmo do segundo templo), as Escrituras deveriam ser interpretadas para as presentes circunstâncias do povo de Deus, e deveriam falar como viver (*halakah*), e, como pensar (*hagadah*).

<sup>54</sup> LONGENECKER, Richard N. **Biblical exegesis in the apostolic period**. Grand Rapids, MI: Eerdmans, 1999, p. 184-185. Jewish exegesis of the first century can generally be classified under four headings: literalist, midrashic, peshet, and allegorical

<sup>55</sup> MOO, 2018, p. 183.

Esse modo de ver a questão alinha-se em muito com a escola “canônica”, sendo mais conservadora em suas conclusões, ela advém do fato de que: “[...] os autores do NT naturalmente tentam descobrir formas específicas nas quais os eventos do AT, pessoas ou instituições venham a prefigurar a nova revelação que eles estão tentando entender e relacionar com a revelação que Deus outrora concedeu ao seu povo”.<sup>56</sup>

A abordagem canônica, representada por Douglas Moo e Bruce Waltke advoga a visão do cânon mais amplo que interprete as partes específicas desse cânon. Na progressividade da redenção os significados amplos dos textos proféticos são revelados aos escritores do NT. Dessa maneira deve haver uma prioridade interpretativa em que “[...] o Novo interpreta o Antigo [...]”.<sup>57</sup> Tal posição pretende rejeitar o problema do *sensus plenior* ao entender que novos significados não são adicionados ao texto do AT, mas, por meio de revelação, o significado mais profundo do texto é entendido pelos autores inspirados do NT.<sup>58</sup>

Através dessa releitura, promessas físicas geralmente devem ser revistas como espirituais. Como Vlach aponta, essa tem sido a posição mais comum entre os teólogos, especialmente aqueles de linha reformada. Duas críticas são levantadas: uma aproximação a um tipo de *sensus plenior*, além da possibilidade de que o “cânon mais amplo” não transcenda as expectativas proféticas, mas as afirme.<sup>59</sup> Há o perigo de se encontrar um cânon dentro do cânon, ou de se erguer a disciplina *Teologia Bíblica* acima da disciplina *Exegese*.

Colocando-se os aspectos de ênfase de cada escola de interpretação, bem como os pressupostos teológicos adjacentes, que caminho tomar entre tais vozes? Como Darrel Bock sumariza, parece haver tendências diametrais entre dois polos: histórico/exegético e teológico/canônico. Sua proposta é eclética, no sentido de procurar um paradigma que una tais pontos necessários.<sup>60</sup> Para

<sup>56</sup> MOO, 2018, p. 183.

<sup>57</sup> WALTKE, Bruce K. Promessas do reino e os Testamentos. In: FEINBERG, John S. **Continuidade e descontinuidade**: perspectivas sobre o relacionamento entre o Antigo Testamento e o Novo Testamento: ensaios em homenagem a S. Lewis Johnson Jr. São Paulo: Hagnos, 2013, p. 320.

<sup>58</sup> BOCK, 1985, p. 219.

<sup>59</sup> VLACH, 2017, p. 517-526.

<sup>60</sup> BOCK, Darrel L. Single Meaning, Multiple Contexts and Referents. In: BERDING, Kenneth (ed). **Three Views on the New Testament Use of the Old Testament**. Grand Rapids, Michigan: Zondervan, 2008, p. 115.

esse autor, o contexto veterotestamentário é um fator chave de como esse texto deva ser usado, porém, nem sempre é o único fator.<sup>61</sup>

Há, aparentemente, para ele um contexto estável no AT que é o “[...] fundamento de significado para essa passagem, mas as passagens anteriores se tornam mais claras à medida que a revelação posterior chega. Também pode haver ‘novos referentes’ à medida que novos contextos e revelações se desdobram”.<sup>62</sup>

O conceito de revelação progressiva se mostrará como fundamental para o entendimento em tais relações textuais. Ao nos aproximarmos das definições defendidas por Waltke, deve-se, entretanto, manter algumas cautelas. Como já apontado, os cuidados que Bock toma são fundamentais para não se desqualificar o significado pretendido pelos autores do AT. O estudioso Walter Kaiser concorda nesse ponto com Bock: “o Novo Testamento pode desenvolver e complementar o que o AT significa, desde que ele não negue o que o texto do AT afirma”.<sup>63</sup>

Esse desenvolvimento da história da redenção e essa complementariedade são fundamentais para o conceito de revelação progressiva. Ao nos aproximarmos da linha teológica do *disp progressivo*, a hermenêutica considerará uma interpretação comumente chamada de “já/ainda não”, considerando que profeticamente as Escrituras são cumpridas em estágios progressivos sobre o povo escolhido de Deus.<sup>64</sup>

### 3. PROPOSTA DE METODOLOGIA

Tendo-se os dois polos colocados como Histórico/Exegético e Teológico/Canônico, propomos uma metodologia e interpretação que caminhem entre os dois polos citados. No primeiro polo, existem os aspectos das fontes textuais usadas pelos autores do NT. Sendo esse um labor da crítica textual, entrará como aspecto exegético nesse estudo, Darrel Bock mostra tal necessidade.<sup>65</sup>

<sup>61</sup> BOCK, 2008, p. 116.

<sup>62</sup> VLACH, 2017. [...] foundation of meaning for that passage, but earlier passages become clearer as later revelation arrives. There can also be ‘new referents’ as new contexts and revelation unfolds.

<sup>63</sup> KAISER Jr, Walter C. Single Meaning, Unified Referents. In: BERDING, Kenneth (ed). **Three Views on the New Testament Use of the Old Testament**. Grand Rapids, Michigan: Zondervan, 2008, p. 155.

<sup>64</sup> PATE, Marvin C. (org.) **O apocalipse: quatro pontos de vista**. São Paulo: Vida Nova, 2003, p. 34-35.

<sup>65</sup> BOCK, Darrell L. Evangelicals and the Use of the Old Testament in the New: Part 2. **Bibliotheca**

Além disso, como apontado por Koptak, a abordagem intertextual “[...] ilumina a forma como os escritores usam textos anteriores para enriquecer o significado e estabelecer um testemunho autoritário. Ajuda os leitores a identificar e entender as estratégias retóricas do escritor bíblico.<sup>66</sup> Observar-se-ão, dessa maneira, aspectos textuais e discursivos.

Se existiram métodos específicos na interpretação apostólica, como apontado pela escola do Judaísmo do Segundo Templo, também será uma questão analisada. Podem ser considerados, em especial, os modos de interpretação Midrash e Peshet. Bock, na segunda parte de seu artigo alerta que deve-se manter a cautela, utilizando tais termos num sentido apenas descritivo, para não os entender como uma hermenêutica judaica de maneira completa.

Sabendo que uma hermenêutica carrega seus pressupostos,<sup>67</sup> o *midrash*: “[...] procura explicar os significados ocultos nele contidos por meio de regras hermenêuticas concordadas a fim de contemporizar a revelação de Deus para o povo de Deus”.<sup>68</sup> A interpretação *peshet*, procura em termos gerais, uma interpretação escatológica dos textos do Antigo Testamento.

Num polo teológico, serão considerados os aspectos já discutidos da revelação progressiva. Qual seria, então, o pressuposto interpretativo que Paulo usou para usar Habacuque para defender justificação pela fé? Beale defende 5 pressupostos que os autores do NT tiveram ao interpretar. Consideramos de suma importância para esta discussão destacar três: a) “A história da redenção é unificada [...]”; b) A era do cumprimento escatológico chegou com Cristo [...]”; c) as partes mais novas da história bíblica funcionam como contexto mais amplo para interpretar as mais antigas”.<sup>69</sup> Ele conclui que esse é o modo que Jesus, o maior intérprete, usou.<sup>70</sup> Organizando os dados

---

**Sacra.** Dallas, v. 142, p. 302-19, Outubro 1985, p. 314.

<sup>66</sup> KOPTAK, Paul E. Intertextuality. In: VANHOOZER, Kevin J. (general editor). Dictionary for theological interpretation of the Bible. Grand Rapids, MI: Baker, 2005, p. 334. Illuminates the way writers use earlier texts to enrich meaning and establish authoritative testimony. It helps readers identify and understand the biblical writer’s rhetorical strategies

<sup>67</sup> BOCK, 1985, p. 313.

<sup>68</sup> LONGENECKER, 1999, p. 638-640. Seeks to explicate the hidden meanings contained therein by means of agreed on hermeneutical rules in order to contemporize the revelation of God for the people of God.

<sup>69</sup> BEALE, 2013, p. 64-65. Isso não pressupõe uma superioridade interpretativa do NT sobre o AT. O AT deve ser interpretado em seus próprios termos, e então, interpretado à luz do NT considerando os dados já coletados. Como temos feito na metodologia desse trabalho.

<sup>70</sup> A esse respeito, Lucas 24.27: “E, começando por Moisés, discorrendo por todos os Profetas,

pesquisados numa cadeia lógica, propomos o seguinte método para *O Uso do AT no NT*:

<b>Passo 1 – Estabelecer corpus textual</b>
Limitar o tamanho da porção do texto no NT
Verificar se há mais ocorrências no NT
Limitar o tamanho da porção textual no AT
Verificar o tipo de Intertextualidade
Observar as continuidades/quebras entre o texto fonte e o texto que o usa
Pesquisar a origem das quebras (Tipos de uso, Crítica Textual, Fonte do AT (Famílias textuais – Hebraico/Grego)
<b>Passo 2 – Estudar o contexto do texto-fonte</b>
Passos tradicionais da Exegese
Estudar seu uso na história (2º templo, pais apostólicos, p. ex.)
<b>Passo 3 -Estudar a(s) ocorrência(s) no NT</b>
Passos tradicionais da exegese
Estudo retórico do texto
Estabelecer os desenvolvimentos teológicos/canônicos
Estabelecer as diferentes nuances neotestamentárias (para o caso de múltiplas citações)

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os aspectos linguísticos nos ajudam a entender o funcionamento e os tipos de *intertextualidade*, sendo as estruturas propostas nos manuais hermenêuticos nem sempre claras, pode-se utilizar dos conceitos linguísticos para a interpretação bíblica. Percebeu-se que falar da presença efetiva de um texto no outro é mais seguro do que a linha do *interdiscurso*. Claramente, as referências se darão em vários níveis. Dessa maneira, a construção de Koch clareia as profundidades possíveis dentro da intertextualidade. Todo discurso se constrói em cima de outros discursos. Porém, é saudável para a exegese, a percepção mais explícita e potente dessa presença interdiscursos.

Em termos gerais, os eixos histórico/exegético, teológico/canônico, foram entendidos como os horizontes interpretativos de cada escola explicitada. Dessa maneira, a metodologia eclética de Darrel Bock mostrou-se como a abordagem mais adequada. Foram aprofundados os conceitos, unindo à

---

expunha-lhes o que a seu respeito constava em todas as Escrituras” (ARA, 1999).

figura da progressividade e uma hermenêutica dos autores bíblicos que atua como complementar. A abordagem intertextual exposta no presente trabalho considera os eixos/horizontes supracitados como que ambi-includentes, entendendo a natureza da Escritura como encarnacional.

A tensão entre a intenção divina e humana é uma questão pensada pelo conceito teológico de *inspiração*. Levando-se em conta uma abordagem equilibrada dessa doutrina, ou seja, orgânica<sup>71</sup>, podemos entender que as vontades e personalidades confluíram para que a Escritura fosse produzida. Entretanto, há dois pontos que não podem ser desconsiderados: O primeiro está na diferença ontológica entre o ser humano e Deus, o segundo ponto diz respeito à progressividade do plano de Deus.

Essa abordagem metodológica pode ser denominada de *integrativa*. É o caso de se perceber que disciplinas como Teologia Bíblica e Exegese não podem existir sozinhas. A exegese deve ser feita com profundidade nos casos em que a *intertextualidade* aparece, para que sejam percebidas mudanças textuais e o estabelecimento do texto-fonte e do texto que o reproduz. Para uma boa hermenêutica, deve-se construir um edifício aparamentado das ferramentas que Deus tem concedido ao seu povo.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Tiago (org). **Hermenêutica: fundamentos, linguística e testamentos**. Eusébio: Peregrino, 2018.

BEALE, G. K. **Manual do uso do Antigo Testamento no Novo Testamento: exegese e interpretação**. São Paulo: Vida Nova, 2013.

BEALE, G. K. **O uso do Antigo Testamento no Novo Testamento e suas implicações hermenêuticas**. São Paulo: Vida Nova, 2014.

BEALE, G. K.; CARSON, D. A. (orgs.) **Comentário do uso do Antigo Testamento no Novo Testamento**. São Paulo: Vida Nova, 2014.

BERDING, Kenneth (edit). **Three Views on the New Testament Use of the Old Testament**. Grand Rapids, Michigan: Zondervan, 2008.

<sup>71</sup> Alguns tem chamado tal modo de inspiração como *encarnacional*. Nele, leva-se em conta a encarnação de Jesus, em que o Deus-homem coexistiu em si mesmo sem qualquer disparidade.

BOCK, Darrell L. Evangelicals and the Use of the Old Testament in the New. **Bibliotheca Sacra**. Dallas, v. 142, p. 209-23, Julho 1985.

BOCK, Darrell L. Evangelicals and the Use of the Old Testament in the New: Part 2. **Bibliotheca Sacra**. Dallas, v. 142, p. 302-19, Outubro 1985.

BOCK, Darrel L. Single Meaning, Multiple Contexts and Referents. In: BERDING, Kenneth (ed). **Three Views on the New Testament Use of the Old Testament**. Grand Rapids, Michigan: Zondervan, 2008.

GENETTE, Gérard. **Palimpsestos**: a literatura de segunda mão. Tradução dos alunos de Pós-graduação em estudos literários – POSLIT – da FALE/UFMG. Belo Horizonte: Faculdade de Letras, 2006. Título original: Palimpsestes, La littérature au second degré.

KAISER Jr, Walter C. Single Meaning, Unified Referents. In: BERDING, Kenneth (ed). **Three Views on the New Testament Use of the Old Testament**. Grand Rapids, Michigan: Zondervan, 2008.

KOCH, Ingedore G. Villaça. **Intertextualidade**: diálogos possíveis. São Paulo: Cortez, 2012.

KOPTAK, Paul E. Intertextuality. In: VANHOOZER, Kevin J. (edit.). **Dictionary for theological interpretation of the Bible**. Grand Rapids, MI: Baker, 2005.

KÖSTENBERGER, Andreas J.; PATTERSON, Richard D. **Convite à interpretação bíblica**. São Paulo: Vida Nova, 2015.

LONGENECKER, Richard N. **Biblical exegesis in the apostolic period**. Grand Rapids, MI: Eerdmans, 1999.

LUNDE, Jonathan. Introducion. In: BERDING, Kenneth (edit). **Three Views on the New Testament Use of the Old Testament**. Grand Rapids, Michigan: Zondervan, 2008.

MOISÉS, Leyla Perrone. **Texto, Crítica, Escritura**. São Paulo: Ática, 1978.

MOO, Douglas. The problem of sensus plenior. In: CARSON, D. A.; WOODBRIDGE, John D. **Hermeneutics, Authority, and Canon**. Grand

Rapids, Michigan: Zondervan, 1986.

MOO, Douglas. **Exegese, Hermenêutica e Teologia do Novo Testamento**. Eusébio: Peregrino, 2018.

OSBORNE, Grant. **A espiral hermenêutica**: uma nova abordagem à interpretação bíblica. São Paulo: Vida nova, 2009.

PATE, Marvin C. (org.) **O apocalipse**: quatro pontos de vista. São Paulo: Vida Nova, 2003.

PORTER, Stanley E.; DYER, Bryan R. Oral texts? A reassessment of the oral and rhetorical nature of Paul's letters in light of recent studies. **JETS**. 55/2, pp. 323–41, 2012.

PORTER, Stanley E.; DYER, Bryan R. **Linguistic analysis of the Greek New Testament**: Studies in tools, methods, and practice. Grand Rapids, MI: Baker Academic, 2015.

PORTER, Stanley E. The Use of the Old Testament in the New Testament: a brief comment on method and terminology. In: EVANS, Craig A; SANDERS, James A. (eds.). **Early Christian Interpretation on the Scriptures of Israel**: investigations and proposals. England: Sheffield Academic Press, 1997.

THOMAS, Robert L. The New Testament use of the Old Testament. **TMSJ**. 13/1, pp. 79-98, spring 2002.

VLACH, Michael J. **How does the New Testament Use the Old Testament**: a survey of the major Views. California, LA: Theological Studies Press, 2017.

WALTKE, Bruce K. Promessas do reino e os Testamentos. In: FEINBERG, John S. **Continuidade e descontinuidade**: perspectivas sobre o relacionamento entre o Antigo Testamento e o Novo Testamentos: ensaios em homenagem a S. Lewis Johnson Jr. São Paulo: Hagnos, 2013.

WALTKE, Bruce. **Teologia do Antigo Testamento**: uma abordagem exegética, canônica e temática. São Paulo: Vida Nova, 2015.



A Revista Batista Pioneira está licenciada com uma Licença Creative Commons  
Atribuição - Não Comercial - Sem Derivações - 4.0 Internacional